
PURISMO, NORMA E PRECONCEITO

Marcello Ribeiro

Doutorando em Letras (USP) e Mestre em Língua Portuguesa (PUC/SP); Professor da UNINOVE e de ensino fundamental e médio na Escola Islâmica Brasileira

RESUMO

O propósito deste texto é discutir os termos 'purismo' e 'norma' e relacioná-los com o preconceito existente no uso da língua nas comunidades lingüísticas. Ao refletirmos sobre o conceito de purismo, verificamos algumas contradições decorrentes do preconceito vinculado à idéia de busca da perfeição. Estabelecemos a correlação entre esses termos e o ensino da língua e discutimos como a escola tem encarado esse cenário, muitas vezes desanimador e discriminatório.

Palavras-chave: purismo; norma; preconceito.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the terms 'purism' and 'standard' and to relate them to the existing prejudice in the language used inside the linguistic communities. When we stop to reflect on the purism concept provided by the dictionary, we verify that there are some contradictions to the prejudice linked to the search of perfection. By correlating these terms 'purism' and 'standard' with the language teaching, we realize how the educational institutions have faced this scenery that, almost always, seems to be not only a discriminatory but also a discouraging place.

Key words: purism; standard; prejudice.

Neste texto, temos a preocupação de buscar uma conceituação dos termos 'purismo' e 'norma', e estabelecer suas relações com o preconceito arraigado na língua e em seu uso. Se buscarmos uma definição precisa do termo purismo nos verbetes de dicionários, repararemos que ela está pautada por uma excessiva preocupação com a pureza e a correção da língua, por um modelo ideal de parâmetro a ser seguido tanto na escrita quanto na pronúncia das palavras. Assim, a desobediência a esses princípios representaria uma transgressão fatal à norma da língua culta e bela.

Ao refletirmos sobre essas noções apontadas pelo dicionário, encontraremos uma contradição explícita: se o purismo é a perfeição da linguagem, como pensar nas línguas faladas e na desigualdade decorrente do uso de falantes portugueses e brasileiros influenciados pelos fatores geográficos e socioculturais? O purismo não leva em consideração as diferenças da língua falada e, o que é pior, classifica como um erro grave o uso que a desconsidera, pois o falante deve sempre buscar a

'perfeição'. Nesse sentido, os gramáticos valem-se das regras e dicionários, os quais, certamente, seriam o norte da almejada perfeição. Contudo, percebemos que o purismo acaba sendo um movimento de defesa dos interesses da política do idioma, visando à dominação ideológica. Nessa perspectiva, os mais bem sucedidos usariam e se aproveitariam dessa manipulação para lidar com as classes menos abastadas que, em tese, não dominariam o 'bom' uso da língua.

Para determinação do termo purismo, deveríamos levar em consideração alguns critérios, como as diferenças entre a língua falada e a escrita, a culta e a coloquial e, principalmente, as de textos falados e/ou escritos de brasileiros ou portugueses e dos núcleos a que pertencem. Parece haver uma antítese carregada de uma inadequação muito grande, ao mesmo tempo em que há uma preocupação excessiva com o purismo, como 'modelo' a ser seguido. O dicionário não aponta qual o protótipo de língua escrita/falada a que devemos obedecer, até porque não é esta sua função. Diante desse impasse, qual modelo deve ser regra para atingirmos a pureza da língua?

A desigualdade do português decorre de fatores geográficos, socioeconômicos e ideológico-discursivos (PRETI, 1982); diante disso, fica difícil estabelecer a norma, pois ela é um fenômeno ligado a interesses políticos determinados por acadêmicos, em geral distantes da língua do povo.

No século XX, mais precisamente nos anos 60, o aparecimento da Sociolinguística permitiu que a língua fosse relacionada à sociedade com o estudo feito a partir da perspectiva da oralidade, derrubando-se o excessivo cuidado com a correção lingüística. O tratamento dado ao ensino da língua começou, então, a ser mudado: a partir de uma nova visão de como a linguagem está intrínseca ao processo de interação e comunicação entre os indivíduos, houve reformulação do ensino da língua materna.

Os laços lingüísticos verificados entre os integrantes de um grupo social levam-nos a perceber que comunidades de fala mantêm um certo padrão de comportamento, como se houvesse uma verdadeira lei ou norma que lhes indicasse a melhor maneira de se comunicarem dentro de seu grupo geográfico e social. É o fenômeno que se estuda sob a designação de norma lingüística.

Pelo fato de a norma prescritiva refletir, entre todas as formas dialetais do português, o padrão culto, os usuários de outras variedades ficam na desconfortável situação de pensarem não saber sua língua. O

conhecimento da norma tradicional é um fator que contribui para a unidade lingüística e esse conhecimento está em conflito com qualquer outro tipo de variação que fuja ao padrão culto, causando, assim, uma crise na língua, já que esta possui origem bem definida: se o falante utilizar-se da língua contemporânea em certas situações que exijam a norma culta, fatalmente será discriminado e colocado à margem da sociedade, pois a força conservadora da língua, tanto oral quanto escrita, é forte e atua em graus variados. Reflete, portanto, uma força que, mesmo denunciada como algo ultrapassado, está presente na língua e é exigida pela sociedade. Essa situação parece entrar sempre em choque com o homem contemporâneo, pois, ao mesmo tempo em que sabemos da ruptura natural existente no curso da língua, a norma prescritiva insiste em estabelecer critérios lingüísticos. Logo, existem forças que fazem parte do processo de evolução da língua. Um exemplo claro dessa situação está retratado no Projeto de Lei de autoria do deputado federal Aldo Rebelo (PC do B/SP), que já tem parecer favorável da Comissão de Educação da Câmara, de 9 de agosto de 2000, quanto à proibição do uso de expressões estrangeiras no trabalho, nas relações jurídicas, nas expressões oficiais - oral e escrita, audiovisual e eletrônica -, nos eventos públicos e na mídia em geral. É ingênuo pensar que uma língua ficará completamente a salvo de expressões estrangeiras usuais no cotidiano do povo, uma vez que são vocábulos já incorporados ao português. Mais absurda ainda é a determinação contida no Projeto:

...toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartições brasileiras no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionais nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 dias... (Projeto de Lei 1676, 1999)

Como acabar com o uso de termos estrangeiros que já fazem parte da prática lingüística de nosso povo? Coibir? De que forma? Para quê? Estamos certos de que a influência cultural estrangeira é grande, mas isto não dá o direito de proibir o uso. Assim, parece haver um choque entre o que se fala e o que se escreve e a tradição do idioma, que cerceia a capacidade expressiva.

Ao pensarmos no papel da escola nesse contexto, tocamos num dos problemas mais sérios em relação à linguagem: o do estabelecimento de padrões, regras do bem dizer e do bem escrever. Quando o profes-

sor institui como se deve dizer, traduzindo univocamente o que os outros disseram, estabelecem-se limites estanques à atividade da linguagem. Esta se transforma em uma atividade normativa e prescritiva a que se deve tão somente obedecer, em que o domínio da linguagem é tido como um valor social sujeito à apropriação e que os alunos necessariamente precisam aprender. O que há na escola é uma situação de discriminação: de um lado, os que falam e escrevem 'bem' e, pelo domínio da modalidade escrita padrão, fazem girar a máquina burocrática e institucional; de outro lado, o povo, que fala e escreve 'mal' e 'errado'. Não se pode esquecer que a escola tem promovido esse processo discriminatório. Segundo Ribeiro (2001), no ambiente escolar, é possível traçar uma divisão entre grupos primários e secundários:

Na sociedade em que vivemos, existem grupos que nos são importantes como modelo, que influem nas atividades, nas opiniões, na linguagem que usamos, pois são grupo de referência. Na escola, temos grupos primários, compostos pelos alunos e secundários, pelos docentes, interessados em manter relações interativas e utilitárias. As pessoas, para o grupo secundário, estão sempre cumprindo seu papel dentro da sociedade. São grupos extremamente preocupados com a imagem e a representatividade dentro do meio social em que convivem. (Ribeiro, 2001:75)

Ribeiro explica a representatividade de grupos com base em Goffman (1999) e Bourdieu (1977). Goffmann afirma que toda a atividade de um determinado indivíduo desenvolve-se na presença contínua de um grupo de observadores e que esse contato intensivo influencia o comportamento deles. Bourdieu inclui a consciência desses falantes, haja vista que defende que a força da palavra mobiliza a autoridade acumulada pelo falante e a concentra num ato lingüístico. Com isso, Ribeiro pretende mostrar que, na escola, os grupos primários deveriam ter uma participação ativa, relacionando-se, interagindo a fim de obterem uma participação consciente e coletiva. Ao contrário disso, o autor verificou que os grupos secundários tendem a impor padrões de conformidade a seus membros, carregados de preconceitos arraigados em valores sociais que descaracterizam o aluno.

Com base no exposto, cabe analisar o papel da escola. É possível verificar que as instituições escolares discriminam e desvalorizam a linguagem da criança, que a identifica com sua comunidade de origem, buscando substituí-la pelo padrão culto. Nesse movimento, a escola transforma-se em um lugar de inibição e restrição, contrarian-

do seus objetivos educacionais. Ao mesmo tempo em que desvaloriza a linguagem da criança, desrespeita a cultura familiar. Diante desse cenário, a criança passa a acreditar que não sabe falar e, pouco a pouco, vai-se excluindo do grupo daqueles que falam e opinam. Esse fato se reflete em suas produções escritas.

A escola não pode deixar de contrapor-se às formas de discriminação pela linguagem e a seu uso como instrumento de poder. Por isso, o trabalho escolar deve ser feito com o objetivo de favorecer a integração entre os alunos e os professores, elidindo a visão de que o discente é um ser passivo e calado, e a tudo aceita de forma silenciosa. A escola deve desenvolver, desde o primeiro ano de alfabetização, a sensibilidade das crianças em relação às variações lingüísticas e colocar 'a nu' os preconceitos sociais que privilegiam umas e estigmatizam outras. Desde as primeiras expressões, como 'nóis num vai', 'vô ponhá isso aí', até as primeiras grafias, como 'cadera', 'cortá', 'mulé', a criança vai aprendendo que se trata de expressões, de formas tão expressivas quanto quaisquer outras e que a variedade padrão é uma alternativa e não a única possibilidade de manifestação.

Algumas questões precisam ser repensadas por nós, professores, quanto ao ensino da língua: a) por que atribuímos diferentes valores sociais a distintas expressões lingüísticas? b) por que, em função desses valores, grupos sociais são discriminados? c) como propor o domínio de uma variedade padrão a certas situações de uso/escrita? d) como considerar um aluno e não outro, diante das questões das modalidades coloquial e culta? O contato do aluno com variedades diversificadas é um dos passos para se conseguir o que propõe Evanildo Bechara: a transformação do aluno em poliglota no seu próprio idioma. (Bechara, 1985)

Observemos o trecho da proposta curricular em que se focaliza a criança como um ser criativo e participativo:

É preciso, pois, terminar esse debate mal informado (no fundo, ideológico) dos que reagem contra toda manifestação de respeito à linguagem em sua modalidade coloquial, do mesmo modo que reage contra a manifestação de respeito a qualquer criação popular. Levar a criança ao domínio da norma padrão e culta, dar-lhe condições de responder às exigências formais do texto escrito, fazê-la ampliar os modos de representação do mundo são, certamente, objetivos fundamentais da escola. Nada disso, porém, implica uma discriminação preconceituosa de sua linguagem coloquial comunitária. Muito pelo contrário, mais facilmente a criança tem acesso à norma culta, quando não é reduzida ao silêncio precocemente; quando,

exercitando livremente a modalidade de sua linguagem, é capaz de confrontá-la com outras modalidades e de perceber os valores sociais que são atribuídos a umas e outras e de compreender como elas se associam a diferentes atividades e a diferentes propostas sociais. (Proposta Curricular para o ensino de Língua Portuguesa, 1993:23)

É imprescindível, portanto, que o professor tenha consciência sobre qual o objetivo fundamental da escola: ampliar o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas de uso da linguagem, de modo a possibilitar a imersão efetiva da criança no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social e exercício da cidadania.

O que temos visto na escola é um total equívoco quanto ao ensino da língua. Existe uma postura de certo/errado em relação à tradição lingüística. A escola continua instituindo que a única possibilidade é o acerto, limitando a língua a um código restrito e desvalorizando, assim, dialetos populares que fogem da regra padrão. O que percebemos é uma desvalorização social dos dialetos populares por parte da escola, que aceita como norma apenas aquela imposta pela gramática normativa. Cabe à escola valorizar a variedade que o aluno domina naturalmente e apresentar-lhe a norma culta. Mas esse trabalho constitui dificuldade para o docente que se encontra, muitas vezes, sem condições pedagógicas para solucionar e enfrentar tal problema. Se a língua “prossegue em evolução” (PRETI, 1990), como descaracterizar o uso popular e institucional advindo de várias camadas?

Parece haver, hoje, o que chamamos de um purismo heterodoxo (LEITE, 1999), representando, de um lado, o padrão conservador em uso pelos acadêmicos e literatos que insistem no purismo e, de outro, o padrão adequado ao uso, utilizado pelo povo.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. *Ensino de gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: EDUSP, 1977.
- CUNHA, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalíngua e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- PRETI, Dino F. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo: Nacional, 1982.
- _____. Mas afinal como falam (ou deveriam falar) as Pessoas cultas? In: *Suplemento Cultural*, O Estado de São Paulo, p.4, ano VII: 559, 22/09/90.
- PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Secretaria de Estado da Educação, 1993.
- RIBEIRO, Marcelo. *A conversação no discurso escolar*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2001.
- SILVA, Luiz Antonio da. Polidez na interação professor/aluno. In: PRETI, Dino F. (org.) *Estudo de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- REBELO, Aldo. Projeto de Lei 1676. Câmara dos Deputados. Brasília: 1999.